

## **ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL PARAIBANO: na busca das origens**

*Emília Moreira*

(Profa. Dra. do Departamento de Geociências da UFPB)

*Ivan Targino*

(Prof. Dr. do Dpto. de Economia da UFPB)

*Laurijane Márcia G. da Silva; Maria Vilma T. da Silva; Gilmar Ferreira Lima*

(Acadêmicos do curso de Geografia da UFPB, bolsista do PROBEX e Estagiário do LOGEPA)

**RESUMO:** O trabalho procura resgatar o processo histórico de formação do território paraibano pelo viés da definição/configuração dos espaços municipais tendo por base informações bibliográficas e documentais. A concepção de território presente nas obras de Raffestin (1993), Milton Santos et alii (org) (1996) e Antonio Carlos Robert Moraes (2002) fundamentam a análise. A pesquisa preocupou-se em recuperar o processo de construção do território estadual a partir da criação dos primeiros municípios no século XVI, até a criação dos últimos com os desmembramentos realizados entre 1994 e 1996. Identificou-se treze municípios na estruturação inicial do território paraibano os quais foram sendo desmembrados ao longo do tempo, dando origem a atual malha municipal. Esse processo não foi linear, iniciou-se no litoral avançou pelo sertão e só posteriormente, nos séculos XVII e XVIII, atingiu o Agreste. Nesse trajeto o território estadual sofreu transformações influenciadas pela maior ou menor capacidade de ingerência política de grupos e famílias junto ao poder central.

### **I - INTRODUÇÃO**

Este trabalho é um produto ainda embrionário de uma pesquisa maior intitulada “Território Municipal e Poder Político” que tem como objetivo resgatar o processo histórico de formação do território paraibano pelo viés da definição/configuração dos espaços municipais, buscando identificar o peso da influência política local e/ou regional nesse processo. Ela nasceu na sala de aula, durante o desenvolvimento da disciplina Geografia da Paraíba, como parte das atividades práticas realizadas pelos alunos e se transformou num projeto mais amplo vinculado ao Laboratório e Oficina de Geografia da Paraíba do Departamento de Geociências da UFPB. A pesquisa compreende duas fases. A primeira, em execução, objetiva resgatar o processo de constituição dos espaços municipais da Paraíba tendo como horizonte referencial o processo de ocupação e formação do espaço paraibano. A segunda fase comportará o estudo da genealogia de alguns municípios escolhidos, tendo como objetivo analisar as possíveis relações entre a formação/configuração geográfica municipal e o poder político local.

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol. 2, n.	Jul-Dez-2003	p. 81-93
--------------------	-------------	------------	--------------	----------

A concepção de território presente nas obras de Raffestin (1993), Santos et alii (1996) e Moraes (2002) constitui a suporte teórico que norteará a análise. Sem desconsiderar as diversas abordagens e concepções existentes sobre o território enquanto categoria ou conceito geográfico, para os fins propostos no trabalho entende-se território como um espaço concreto, definido por fronteiras e delimitado por e a partir de relações de poder que se estabelecem e se transformam ao longo do tempo histórico. Acredita-se, em princípio, que essa forma de apreensão quando aplicada ao estudo da formação dos espaços municipais permitirá identificar a influência e as implicações de ordem política e econômica nesse processo. Esta conceituação, no entanto, é apenas o passo inicial. Ela deverá ser retrabalhada à medida que se avançar na pesquisa e se discutir com maior profundidade as articulações entre território e constituição do poder local.

Do ponto de vista metodológico, uma dificuldade importante diz respeito à data de criação dos municípios. Até o início do século XIX, a unidade política de referência era a vila com organização e atribuição diferentes do município, entidade que só surge no século XIX. Além disso, não era incomum algumas vilas perderem autonomia política e passarem a ser subordinadas a outra vila. No atual estágio da pesquisa essa dificuldade está sendo superada ao se considerar como data de criação dos municípios aquela obtida através das pesquisas bibliográfica e documental publicada pelo IBGE na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros e no Anuário Estatístico da Paraíba (IDEME-PB, 2000).

Até o momento as informações limitaram-se às obtidas a partir de levantamentos realizados em fontes secundárias tais como o Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba e o IBGE bem como em obras clássicas da geografia e da história estadual, em monografias sobre os municípios paraibanos bem como na enciclopédia dos municípios brasileiros publicada pelo IBGE. Estudos da historiografia nacional, regional e estadual ainda se fazem necessários para dirimir uma série de questões e dúvidas surgidas ao longo dessa etapa de trabalho.

Os dados colhidos constituem o suporte para os trabalhos cartográficos representativos da evolução histórica da formação territorial da malha municipal do estado da Paraíba. Para a delimitação e definição da superfície ocupada pelos mais antigos municípios utilizou-se como critério a soma da área dos municípios que deles se originaram ao longo do tempo. Esse dado padece de uma super-estimativa, uma vez

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol. 2, n.	Jul-Dez-2003	p. 81-93
--------------------	-------------	------------	--------------	----------

que os contornos dos primeiros municípios não eram nitidamente definidos. A expansão do povoamento era quem de fato ia determinando os limites. De qualquer modo, essa estimativa poderá ser revista a depender das informações que se possa acrescentar com a ampliação da pesquisa bibliográfica e documental.

## **II - A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO ESTADUAL PELO VIÉS DA CONSTITUIÇÃO DA REDE MUNICIPAL**

Atualmente, o estado da Paraíba é dividido em 223 municípios, distribuídos em uma superfície de 56.584,6 km<sup>2</sup>. Em grande parte esse território pertencia à capitania de Itamaracá de onde foi desmembrado.

A conquista do território paraibano pelos portugueses só ocorreu quase um século após o descobrimento do Brasil. O marco inicial desse processo foi a fundação da cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves (1585), posteriormente chamada de Frederica (1634), de Parahyba (1654) e, finalmente, de João Pessoa (1930).

O processo de ocupação deu-se inicialmente através de três caminhos primitivos, todos oriundos da fronteira meridional:

- a) o primeiro, cuja abertura coincidiu com o início da colonização, estabelecia a ligação da nova cidade com os núcleos já consolidados da Capitania de Itamaracá. Partia de Olinda, passava por Igarassu e Goiana e adentrava o litoral sul da Paraíba até alcançar a cidade de Filipéia. Segundo a historiografia paraibana, essa teria sido durante muito tempo a única via de penetração em forma de estrada existente na Paraíba (UFPB, 1965);
- b) o segundo data da segunda metade do século XVII (em torno de 1670) e também partia de Pernambuco, alcançando o rio Paraíba a mais de 40 léguas da sua foz (UFPB, 1965). Esse caminho tinha origem em Recife e seguia em direção ao norte acompanhando o curso do rio Capibaribe; passava nas proximidades da localidade onde instalou-se o município de Limoeiro ainda em Pernambuco, nos limites com o município paraibano de Itabaiana, atravessava as serras que fazem fronteira entre os dois estados passando provavelmente por Umbuzeiro de onde descia a serra e alcançava o médio Paraíba. Ele ainda acompanhava a margem esquerda do rio Paraíba até a altura do boqueirão da serra de Carnoió, onde localizava-se um aldeamento dos índios cariris que dera origem a uma missão comandada por um capuchinho chamado de Martin Nantes (UFPB, 1965);

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol. 2, n.	Jul-Dez-2003	p. 81-93
--------------------	-------------	------------	--------------	----------

- c) o terceiro corresponde ao caminho da ribeira do Piancó e teria origem na Bahia, através de uma bandeira comandada por Domingos Jorge, que subiu o rio São Francisco, adentrou no vale do Pageú em Pernambuco e alcançou o rio Piancó na Paraíba (UFPB, 1965).

Esses caminhos são indicadores da direção da penetração e da ocupação inicial do território paraibano. Tais vias de penetração deram origem a núcleos de povoamento, os quais, segundo Joffily (1977), mantiveram-se isolados uns dos outros. Os intercâmbios eram feitos apenas com as capitânicas de origem. Só após a conquista do sertão por Oliveira Ledo, no século XVII, é que se inicia um processo de articulação e intercâmbio intra-territorial.

A cana-de-açúcar e o gado foram as atividades pioneiras do processo de ocupação do espaço estadual. A primeira restrita inicialmente às várzeas dos rios Paraíba, Camaratuba, Miriri e Gramame, na porção oriental. A segunda desenvolveu-se principalmente no sertão impondo características particulares à ocupação, ainda que também fosse encontrada no litoral como atividade auxiliar da produção açucareira (MARIZ, 1978; ANDRADE, 1997). O Agreste teve sua ocupação relacionada tanto à pecuária como à atividade policultora. Nessa região, merece destaque o Brejo Paraibano por se constituir desde os primórdios em importante abastecedor de alimentos (milho, farinha de mandioca e rapadura) para o sertão da Paraíba e do Rio Grande do Norte (ANDRADE, 1997).

O desenvolvimento dessas atividades com base na concessão de sesmarias, acrescidas com a expansão do algodão no século XIX, foi propiciando o surgimento de núcleos de povoamento que deram origem às primeiras vilas e permitindo o surgimento posterior das cidades. O processo de delimitação e de criação dos espaços municipais através de leis de emancipação política dos territórios é bem mais complexo. Ele não segue cronologicamente a dinâmica da ocupação.

Para efeito desse trabalho e tendo como base as primeiras informações levantadas, foi possível definir cinco momentos desse processo: a) o primeiro abarca todo o período colonial, iniciado nos primórdios da colonização no século XVI, estende-se até 1822 quando se deu a declaração da independência do Brasil; b) o segundo vai de 1822 até a proclamação da república em 1889; c) o terceiro prolonga-se de 1890 até o fim da primeira metade do século XX; d) o quarto compreende o período de 1950 a 1970 e; e) o quinto e último coincide com a década de 90 do século XX.

## 2.1 A constituição dos municípios durante o período colonial

Entre 1585, ano da conquista do território paraibano pelos portugueses, e 1822, quando se deu a declaração da independência do Brasil, observa-se uma lenta evolução no processo de constituição dos territórios municipais do estado da Paraíba. Nesse período, de acordo com o IDEME (2000), consta apenas a criação de cinco municípios: João Pessoa e Mamanguape no Litoral, Areia, no Brejo Paraibano e Piancó e Pombal, no Sertão<sup>1</sup>.

A primeira vila criada foi a de Felipéia de Nossa Senhora das Neves em 1585, marco inicial do município de João Pessoa. Considerando todos os desmembramentos sofridos até hoje, a área do município compreenderia cerca de 1.660,0 km<sup>2</sup> e se estendia desde a sede da vila até o extremo sul do estado, no limite com as terras do estado de Pernambuco.

O segundo município criado foi o de Mamanguape em 1635, situado na várzea do rio do mesmo nome. A partir desse núcleo e seguindo o rio, origina-se uma frente de ocupação, estendendo-se do litoral norte do estado em direção ao interior até alcançar trechos do Agreste Baixo, do Agreste Alto da Paraíba e o Brejo Paraibano (ANDRADE, 1997). Computando-se a área de todos os municípios dele desmembrados, tem-se uma superfície 5.071,0 km<sup>2</sup>.

O terceiro território municipal a ser constituído foi o de Piancó, em 1739. Sua zona de influência compreendia as terras situadas na bacia do rio Piancó e a porção oeste da serra do Teixeira. Os municípios dele originários perfazem uma superfície de 8.248,8 km<sup>2</sup>.

O quarto município instalado foi o de Pombal em 1766. Vale lembrar que o surgimento desse núcleo de população está relacionado, assim como o de Piancó, à via pecuarista originária da Bahia. Embora a criação desses dois municípios tenha ocorrido no século XVIII, a origem desses núcleos data do século XVII. A área dos municípios desmembrados de Pombal perfaz 9.574,5 km<sup>2</sup>.

Areia foi o quinto município erigido no Estado. A sua fundação data de 1815<sup>2</sup>. Situado sobre a escarpa oriental do planalto da Borborema, o seu povoamento resultou

<sup>1</sup> Algumas outras vilas também foram criadas nesse período como a Vila Nova da Rainha (atual Campina Grande) e a Vila Real de São João do Cariri, mas só foram constituídas em municípios posteriormente. Neste trabalho, considera-se a data de criação aquela publicada pelo IDEME (2000).

<sup>2</sup> Para alguns autores consta como 1818.

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol. 2, n.	Jul-Dez-2003	p. 81-93
--------------------	-------------	------------	--------------	----------

da via de ocupação originada em Mamanguape. A sua criação, portanto, resultou do desmembramento de 1.297,5 km<sup>2</sup> de terras pertencentes ao município de Mamanguape.

Verifica-se com base no exposto que a evolução político-administrativa do estado da Paraíba se deu de forma muito lenta e dispersa nos primeiros duzentos anos da ocupação. A configuração do espaço municipal nesse período é demonstrativa dessa dispersão do processo de ocupação. Não se quer dizer com isto que, no início do século XIX, o processo de ocupação do território através da concessão de sesmarias não fosse responsável pela presença do colonizador em praticamente todo o território estadual. Isto porque não se deve confundir a autonomia política de um município com o processo de penetração da ocupação e com a posse do território por sesmeiros. Na grande maioria dos casos, a autonomia política só ocorre muito tempo após a ocupação<sup>3</sup>.

De fato, referindo-se ao processo de ocupação do espaço sertanejo Moreira e Targino (1997), destacam a ocorrência de sesmarias pertencentes à Casa da Torre no final do século XVII nos vales do Piancó, do Piranhas e do rio do Peixe. Ainda sobre a ocupação do Sertão, Melo (1994) faz referência à existência de fazendas entre 1700 e 1800 cujas capelas se transformariam nos embriões que deram origem a vilas e posteriormente a municípios na região de Pombal, Cajazeiras, Piancó, Santa Luzia, e Monteiro

## 2.2 A constituição dos municípios durante o império

Durante o período imperial, a população da Paraíba sofreu um crescimento significativo. Passa de 122 mil em 1823 para 457 mil em 1890 (MOREIRA E TARGINO, 1977, p.239), registrando um crescimento de quase 4 vezes. Como consequência desse adensamento populacional, durante o período em foco, vinte e cinco novos municípios foram criados na então Província.

No Litoral, foi fundado apenas o município de Pilar, em 1855. Estendia-se desde a retaguarda do espaço ocupado pelo município de João Pessoa até a altura do atual município de Itabaiana, abrangendo amplo trecho da várzea do rio Paraíba. Levando-se em conta a área dos municípios dele desmembrados, o município de Pilar tinha uma

<sup>3</sup> Esse descompasso entre a ocupação e o lento desenvolvimento da rede político-administrativa da Paraíba é atribuído por José Américo de Almeida (apud UFPB, 1965, p.64) à conjugação dos fatores abaixo mencionados: "a desorganização decorrente da guerra contra os holandeses; ineficiência administrativa generalizada, tanto de donatários como de capitães-móres; isolamento do território e dificuldades de transporte; danos causados pelas secas periódicas, assolando o sertão; política tributária das Côrtes Portuguesas, ávidas de numerário até mesmo para presentes reais ou resgates; a praça de Recife, mais favorecida, absorvendo a produção regional e marginalizando a capital paraibana e outras zonas da Capitania; questões e rivalidades locais."

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol. 2, n.	Jul-Dez-2003	p. 81-93
--------------------	-------------	------------	--------------	----------

área de 2.509,2 km<sup>2</sup>. Na sua porção oriental predominava a atividade canavieira, enquanto que na ocidental ocorria o predomínio da pecuária.

Na mesorregião do Agreste, foram criados oito municípios no período: a) o município de Bananeiras, localizado no Brejo Paraibano foi criado em 1832 a partir do desmembramento de 1.801,5 km<sup>2</sup> do território pertencente ao município de Mamanguape; b) o município de Guarabira foi criado em 1837 com 1.319,2 km<sup>2</sup>, que abrangiam parte na depressão sublitorânea e parte do piemonte e da escarpa oriental do Planalto da Borborema; c) o município de Ingá foi fundado em 1840, com uma dimensão de 1.885,2 km<sup>2</sup> que se estendiam pela depressão sublitorânea, por alguns esporões do Planalto da Borborema e atingiam as serras de Natuba e Umbuzeiro, situadas no limite com Pernambuco; d) o município de Cuité foi fundado em 1854 e compreendia 3.577,4 km<sup>2</sup> que se estendiam pelos brejos serranos que fazem limite com o Rio Grande do Norte e a depressão do Curimataú; e) o município de Alagoa Grande surgiu do desmembramento do município de Areia, em 1864; f) o município de Araruna foi desmembrado do de Bananeiras, em 1876; g) o município de Soledade foi criado em 1885 com 1.756,9 km<sup>2</sup>; h) o território de origem do município de Campina Grande correspondente a 3.181,2 km<sup>2</sup> pertencia ao município de São João do Cariri de onde foi desmembrado em 1864. Moreira, ao se referir a Campina Grande salienta a importância da sua localização e da sua função de entreposto capaz de interligar os espaços regionais como pode ser visto a seguir.

Situada na porção intermediária do território estadual, no topo do planalto da Borborema, voltada para o Sertão e o Litoral, Campina Grande surge, desde os primeiros currais de gado nela instalados, como um ponto de parada e ao mesmo tempo um posto de troca e abastecimento capaz de integrar os espaços regionais. (MOREIRA, 2002, p. 18).

A posição privilegiada de Campina Grande entre os “Brejos” e os “Sertões” possibilitou o surgimento do comércio interno e da primeira feira de gado o que impulsionou a abertura de vias de comunicação ligando o litoral ao interior.

“Foi assim traçada e aberta a secular estrada real de Campina Grande. (...) Irradiaram depois, de Campina Grande as duas grandes artérias do Sertão, a estrada do Seridó e a de Espinharas” (UFPB, 1965: p. 76).

Na mesorregião da Borborema, mais precisamente nos Cariris paraibanos, foram criados 5 municípios: a) o município de São João do Cariri foi criado em 1831. Era o maior do estado com 11.812,0 km<sup>2</sup> que se estendiam pela porção centro-sul do planalto da Borborema, ocupando quase toda a região dos Cariris Paraibanos; b) o município de Cabaceiras, criado em 1835, situava-se na porção mais ocidental dos Cariris Paraibanos

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol. 2, n.	Jul-Dez-2003	p. 81-93
--------------------	-------------	------------	--------------	----------

e ocupava uma área de 2.455,4 km<sup>2</sup>; c) o município de Monteiro, situado no Cariri Ocidental, com 4.255,1 km<sup>2</sup>, surgiu a partir do desmembramento do município de São João do Cariri em 1872; d) o município de Taperoá também surgiu a partir do desmembramento em 1886, de 955,1 km<sup>2</sup> do território pertencente a São João do Cariri e; e) o município de Santa Luzia foi criado em 1871 em terras desmembradas do município de Patos.

No Sertão, foi criado o maior número de municípios entre 1822 e 1889. Ao todo foram onze os municípios instalados: Patos, Catolé do Rocha, Itaporanga, Princesa Isabel, Sousa, Cajazeiras, São João do Rio do Peixe, Teixeira, Brejo do Cruz, Conceição e São José de Piranhas.

Patos (1833) com 4.075,4 km<sup>2</sup> e Catolé do Rocha (1835) com 2.807,5 km<sup>2</sup> tiveram origem a partir do desmembramento de terras pertencentes ao município de Pombal. Itaporanga (1863), com 3.066,4 km<sup>2</sup> e Princesa Isabel (1880) com 1.948,4 hectares foram instituídos pelo desmembramento do município de Piancó. Sousa foi elevado à condição de município em 1854, com uma área original de 5.643,1 km<sup>2</sup>. Cajazeiras (1863) com 1.897,5 km<sup>2</sup> e São João do Rio do Peixe (1881) com 1.476,4 km<sup>2</sup> foram desmembrados do município de Sousa. O município de Teixeira foi erigido em 1874 com 2.828,8 km<sup>2</sup> e compreendia áreas situadas nos Cariris e no conjunto serrano que tem seu nome. O município de Brejo do Cruz foi criado em 1861 pelo desmembramento do município de Catolé do Rocha. O município de Conceição foi criado em 1881 em terras desmembradas do município de Itaporanga. O município de São José de Piranhas tornou-se independente de Cajazeiras em 1885.

Esse maior crescimento da rede municipal no semi-árido paraibano, sobretudo a partir de 1850, é atribuído ao desenvolvimento da cultura do algodão que propiciou a abertura de estradas, a dinamização do comércio, a intensificação do povoamento regional provocando o surgimento de vilas que se transformaram em cidades e originaram municípios. O algodão também foi responsável pela expansão do povoamento no Agreste e no Brejo Paraibano. Isso sem falar que o Brejo se consolidou nesse período como região fornecedora de alimentos e de aguardente para o Sertão o que também contribuiu para o dinamismo da economia e do povoamento regional favorecendo a ampliação do número de povoações na região. Segundo Almeida (1994: p. 21-22):

“Antes de terminar a segunda década, já se consolidavam no cenário brejeiro as povoações de Bananeiras, Pilões, Alagoa Nova e Areia”.

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol. 2, n.	Jul-Dez-2003	p. 81-93
--------------------	-------------	------------	--------------	----------

Constata-se, portanto, no período em estudo, que o eixo econômico do estado desloca-se do Litoral para o Sertão e o Agreste-Brejo. A estagnação econômica e política do Litoral reflete-se na criação de um único município em mais de meio século. Em 1889, o estado da Paraíba contava com 30 municípios dos quais apenas três situavam-se no Litoral, nove no Agreste e dezoito nas regiões semi-áridas do Sertão e da Borborema.

### **2.3 A constituição dos municípios do início da república até a primeira metade do século XX (1950)**

Da proclamação da república até o final da primeira metade do século XX, foi muito pouco significativo o processo de reestruturação dos territórios municipais da Paraíba. Nesse período surgiram apenas onze municípios.

No Agreste foram emancipados seis novos municípios: a) Caiçara foi constituído a partir do desmembramento de Guarabira em 1908; b) Umbuzeiro obteve a independência política em relação a Ingá em 1890; c) Itabaiana foi emancipado do município de Pilar em 1891; d) Serraria, foi criado em 1893 pela subdivisão do município de Bananeiras; e) Alagoa Nova foi criado, em 1904, com o desmembramento de Campina Grande e; f) Esperança foi criado em 1925 com o desmembramento de terras pertencentes ao município de Alagoa Nova.

Na mesorregião da Borborema, mais precisamente no Seridó Oriental, foi constituído apenas um município, o de Picuí emancipado de Cuité em 1904.

No Sertão, também surgiu apenas um município, Bonito de Santa Fé, em 1938, desmembrado de São José de Piranhas.

No Litoral, foram constituídos três municípios: a) Santa Rita foi criado em 1890 a partir do desmembramento de terras pertencentes ao então município de João Pessoa; b) Cruz do Espírito Santo foi emancipado em 1896 do município de Pilar e; c) Sapé instituído em 1925 pela subdivisão de Cruz do Espírito Santo.

Esse período foi marcado pela retomada da atividade agrícola estadual. No Litoral, a partir da experiência dos engenhos centrais surgem as primeiras usinas. No Brejo Paraibano, tem-se a expansão do ciclo do café até a década de vinte quando é dizimado pela praga do "Cercospora Parahybensis", sendo substituído pela cultura do sisal, que partilhou o espaço agrário do Brejo com a cana-de-açúcar. No Curimataú e demais subunidades regionais do Agreste, a expansão sisaleira combina-se com a policultura e a atividade pecuária. A interligação de João Pessoa com o interior através

da construção de ferrovias nas primeiras décadas do século XX integrou o Litoral ao Agreste-Brejo dinamizando as trocas inter-regionais<sup>4</sup>.

Outros aspectos da ordem político-econômica nacional e internacional interferiram na dinâmica da organização do espaço estadual, podendo-se citar: a) no plano internacional, a primeira guerra mundial, a crise dos anos 20 e 30 e a segunda Guerra mundial de 1939 a 1945 com reflexos sobre o preço do sisal e do algodão; b) no plano nacional, as perturbações políticas internas do período de 1928 a 1932 e o período de reconstrução do pós-guerra; o início do modelo de desenvolvimento via substituição de importação, incrementando a demanda das principais matérias primas produzidas no estado (algodão e sisal) e; a adoção de política de proteção à atividade açucareira com a criação do IAA. Não obstante, os fatores adversos que afetaram a agricultura estadual, inclusive sete períodos de seca (SILVA, 1999), esse foi um período de fortalecimento do setor primário paraibano. Até o final da primeira metade do século XX (1950) a malha municipal da Paraíba era constituída por apenas 41 municípios.

#### **2.4 A constituição dos municípios de 1950 a 1970**

A mais forte reestruturação da rede municipal do estado da Paraíba ocorreu neste período. Em menos de vinte anos o número de municípios mais do que quadruplicou, passando de 41 para 171. Os novos municípios estavam assim distribuídos: 55 localizados no Sertão, 39 na mesorregião do Agreste, 16 na mesorregião da Mata Paraibana e 20 na mesorregião da Borborema.

Dessa forma, no final dos anos 60, o espaço político-administrativo paraibano apresentará uma nova configuração da sua malha municipal. Estava composta por 171 municípios, distribuídos em 12 microrregiões homogêneas, conforme a regionalização do IBGE que vigorou de 1968 até 1989 (Catolé do Rocha – 8, Seridó Paraibano -7, Curimataú - 7, Piemonte da Borborema - 17, Litoral Paraibano - 17, Sertão de Cajazeiras – 20, Depressão do Alto Piranhas -34, Cariris Velhos - 22, Agreste da Borborema -12, Brejo Paraibano - 9, Agropastoril do Baixo Paraíba - 9 e Teixeira - 9). A partir de 1989 uma nova redefinição dos espaços regionais brasileiros aprovada pelo

<sup>4</sup> “ pode-se dizer que, neste período, a ferrovia rendeu o máximo dos seus serviços desde a sua criação. João Pessoa beneficiou-se desse transporte, surgindo um hinterland ligado à capital. Neste momento de funcionamento ativo, servindo também o porto, estabelecendo-se uma circulação do tipo empório colonial: a corrente exportadora trazia ao porto matéria-prima semi-manufaturada como algodão em fardos, cera de carnaúba, peles e couros e, no retorno, operava a redistribuição de bens de consumo e manufaturas oriundos dos portos europeus e americano” (UFPB, 1965: p.68).

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol. 2, n.	Jul-Dez-2003	p. 81-93
--------------------	-------------	------------	--------------	----------

IBGE enquadrando esses municípios em quatro mesorregiões (Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano) e 23 microrregiões.

Essa fragmentação do espaço político-administrativo pode ser atribuída a uma série de fatores, dentre os quais podem ser destacados: crescimento da população residente que saltou de 490 em 1900 para 2,383 mil em 1970, propiciando o aparecimento de vários núcleos que dariam origem às novas sedes municipais; fortalecimento das três principais lavouras comerciais (cana-de-açúcar, sisal e algodão); interesses políticos locais sob a bandeira de que a emancipação implicaria em melhorias para os novos municípios. Essa divisão parece ter sido excessiva, pois segundo o censo demográfico de 1970, 56 municípios paraibanos tinham população inferior a seis mil habitantes.

### **2.5 A constituição dos municípios nas três últimas décadas do século XX**

Até 1994, não houve alteração na divisão político-administrativa da Paraíba. Porém, entre 1994 e 1996, foram criados 52 novos municípios a partir do desmembramento de 42 municípios pré-existentes, assim distribuídos: oito no Litoral, doze no Agreste-Brejo, dezoito no Sertão e quatorze na Borborema. Com a criação desses novos municípios tem-se uma nova redefinição da configuração do espaço municipal paraibano que passou a ser composto por 223 municípios distribuídos nos espaços meso e microrregionais. Se a fragmentação anterior pareceu excessiva, a desse período pode ser considerada abusiva. Nenhum fato parece justificá-la, a não ser interesses político-partidários bem localizados. Entre 1970 e 1996, a população estadual cresceu de aproximadamente um milhão de habitantes, mas esse aumento se deu fortemente concentrado nas maiores cidades do Estado. Do ponto de vista econômico, esse período marca uma forte crise no setor primário em torno do qual gira a organização dos novos municípios. Se estes argumentos não bastassem para considerar abusiva a recente fragmentação, o fato de apenas 6 dos novos municípios terem população superior a seis mil habitantes é bastante elucidativo.

## **III - A INTERFERÊNCIA DO PODER NA CONFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL: NOTAS A TÍTULO DE CONCLUSÃO**

A discussão do processo de configuração da divisão político-administrativa do território paraibano realizada no item anterior, ainda que incompleta e parcial, permite já nesse estágio da pesquisa chamar a atenção para alguns pontos que ressaltam a interferência do poder (aqui entendido nas suas diversas dimensões: econômica, social, política, cultural) na configuração da malha municipal. Nos períodos colonial e

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol. 2, n.	Jul-Dez-2003	p. 81-93
--------------------	-------------	------------	--------------	----------

imperial, os centros de gravitação do poder estavam no engenho, na fazenda e na capela (religião). Com efeito, é em torno desses pólos que se desenvolveram os processo de ocupação e povoamento do espaço estadual, matriz da divisão dos territórios municipais. À medida que os engenhos ou os currais se erguiam, que capelas e igrejas eram edificadas e davam origem a vilas e povoados o poder dos senhores de terra se consolidava, marcando suas fronteiras de domínio. Assim permaneceu enquanto a sociedade articulou-se em torno das atividades primário-exportadores. A esse respeito é interessante observar que até a década de 70 do século XX, a maioria das lideranças políticas estaduais (seja no âmbito do Estado seja no âmbito dos municípios) estava fortemente articulada com a aristocracia rural.

A intensificação do processo de urbanização (quer do ponto de vista econômico, demográfico, social e cultural) vai permitir o surgimento de novos mecanismos de sustentação do poder local de modo que o controle fundiário não é mais a matriz do poder político ainda que continue a exercer influência. Desse modo, a interação entre o poder e a malha territorial municipal torna-se mais multifacetada. O tempo passou, novos senhores travestidos de novas roupagens se sucederam e se sucedem. Os municípios surgem desse processo onde o poder muda de donos porém continua a ser o elemento fundante dos conflitos de interesses que influenciam a malha municipal. Desvendar esses novos liames é o que se propõe com a continuidade da presente pesquisa.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, Antonio Augusto de. Brejo Paraibano: contribuição para o inventário do patrimônio cultural. João Pessoa: SEC/Governo do Estado, 1994.

ANDRADE, Manoel Correia de. Os rios de açúcar do Nordeste Oriental – O rio Mamanguape. João Pessoa: Editora Universitária-Conselho Estadual de Cultura, 1997.

FUNDAÇÃO CASA DE JOSÉ AMÉRICO. Mapeamento Cultural da Paraíba – onde o Sol nasce Primeiro. 2ª. Ed. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 2000

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Atlas Geográfico do Estado da Paraíba. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba e Universidade Federal da Paraíba, 1985.

IBGE. Enciclopédia dos Municípios Paraibanos – 1986.

\_\_\_\_\_ Enciclopédia dos Municípios Paraibanos – 2000.

IDEME. Anuário Estatístico da Paraíba versão 2000. João Pessoa, IDEME, 2000

MARIZ, C. Evolução econômica da Paraíba. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1978.

MEDEIROS, Coriolano de. Dicionário Corográfico. 2ª ed. Departamento de Imprensa Nacional

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol. 2, n.	Jul-Dez-2003	p. 81-93
--------------------	-------------	------------	--------------	----------

MELO, José Octávio de Arruda. História da Paraíba – Lutas e Resistência. 7ª. ed. João Pessoa: A UNIÃO, 2002

PINTO, Irineu Ferreira. Datas e notas para a História da Paraíba. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, Volume 1 e 2, 1997.

SILVA, Damiana Belisário da. Seca e irrigação na agricultura paraibana. João Pessoa, UFPB, monografia de conclusão de curso de Economia, 1999.

UFPB. Atlas Geográfico da Paraíba. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1965.